

LEI COMPLEMENTAR Nº 6, DE 12 DE MAIO DE 1977.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DE SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

TÍTULO I

DA DEFENSORIA PÚBLICA

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições Preliminares

Art. 1º – Esta Lei complementar regula a organização da Defensoria Pública do Estado, as atribuições e o funcionamento de seus órgãos e dispõe sobre o regime jurídico de seus membros.

- Vide Lei Complementar Federal no 80, de 12 de janeiro de 1994, arts. 97 a 135.

Art. 2º – À Defensoria Pública, como instituição, incumbe a postulação e a defesa, em todas as instâncias, dos direitos dos juridicamente necessitados.

- Vide art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e art. 30 e §§, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º – Os órgãos da Defensoria Pública atuam judicialmente, perante o Poder Judiciário, e extrajudicialmente, nos limites de suas atribuições legais.

- Constituição Federal: art. 134 e parágrafo único.
- Constituição do Estado do Rio de Janeiro: art. 179 e §§ 1º e 2º.
- Lei Complementar Federal no 80, de 12/1/94.

Art. 4º – A Defensoria Pública gozará de autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria e terá como órgão administrativo sua **Defensoria Pública Geral**, ocupando, na estrutura administrativa estadual, posição equivalente à de secretaria de Estado.

- Vide art. 181, I, “b”, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
- Os §§ 1º e 2º deste artigo foram revogados pela Lei Complementar no 56, de 23/10/89

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

CAPÍTULO I

Dos Órgãos da Defensoria Pública

Art. 5º – São órgãos da administração superior da Defensoria Pública:

- Vide Lei Complementar Federal no 80, de 12/1/94, art. 98, I
- Vide arts. 98, IX, e 112, § 1º II, ‘c’, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

I – A **Defensoria Pública Geral do Estado**;

? II – A **Subdefensoria Pública Geral do Estado**;

III – O Conselho Superior da Defensoria Pública;

IV – A Corredoria-Geral da Defensoria Pública.

Art. 6º – As Defensorias Públicas são os órgãos de atuação.

- Vide arts. 98, II, “a” e “b”, e 107 da Lei Complementar Federal no 80, de 12/1/94.

CAPÍTULO II

Da Caracterização e das Atribuições

dos Órgãos da Defensoria Pública
Seção I

As Chefias da Defensoria Pública

Art. 7º – O Procurador-Geral da Defensoria Pública, nomeado pelo Governador do Estado dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, exerce a Chefia da Instituição e tem as mesmas prerrogativas dos Secretários de Estado.

Art. 7º - A Chefia da Defensoria Pública é exercida pelo Defensor Público Geral do Estado, dentre os integrantes da classe final e da classe intermediária da carreira, maiores de trinta e cinco anos e com mais 03 (três) anos de carreira indicados em lista tríplice, para mandato de 04 (quatro) anos, coincidente com o mandato do Governador do Estado.

- Vide arts. 180, parágrafo único; 145, XI, e 99, XIV, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

- Vide art. 99, §§ 1o e 2o, da Lei Complementar Federal no 80, de 12/1/94.

§ 1º - A lista de que trata o presente artigo será composta em eleição a ser realizada na primeira quinzena de novembro do último ano do mandato do Governador do Estado, mediante voto direto, unipessoal, obrigatório e secreto de todos os membros da Defensoria Pública, considerando-se classificado para integrá-la os três concorrentes que obtiverem a maior votação.

§ 2º - Em caso de empate será considerado classificado para integrar a lista o candidato mais antigo na carreira, ou, permanecendo o empate, o mais idoso.

§ 3º - O Defensor Público Geral do Estado será nomeado em até 5 (cinco) dias contados da posse do Governador do Estado.

§ 4º - Vagando-se, no curso do quadriênio, o cargo de Defensor Público Geral do Estado, proceder-se-á, dentro de 30 (trinta) dias, nova eleição para elaboração de lista tríplice, salvo se a vacância ocorrer a menos de 06 (seis) meses do final do mandato, caso em que, deverá ser nomeado pelo Governador do Estado, o 1º Subdefensor Público Geral do Estado, o 2º Subdefensor Público Geral do Estado ou o Corregedor Geral da Defensoria Pública, obedecida esta ordem, para complementação do mandato interrompido.

§ 5º - O Conselho Superior da Defensoria Pública estabelecerá normas complementares, regulamentando o processo eleitoral para a elaboração da lista tríplice a que se refere este artigo.

§ 6º - O Defensor Público Geral do Estado, assegurada a ampla defesa, poderá ser destituído pelo voto da maioria absoluta da Assembléia Legislativa em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo e mediante:

I – Representação de 1/5 (um quinto) dos Deputados Estaduais;

II – Representação do Governador do Estado;

III – Representação de 2/3 (dois terços) dos membros, em atividade, da Defensoria Pública.

(Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

Art. 8º – Compete ao Defensoria Pública Geral da Defensoria Pública, privativamente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou que forem inerentes a seu cargo:

- Vide art. 8º e 100, da Lei Complementar Federal no 80, de 12/1/94.

I – editar resoluções e expedir instruções aos órgãos da Defensoria Pública;

II – encaminhar expediente para nomeação, promoção, exoneração ou aposentadoria no Quadro da Defensoria Pública;

III – Prover os cargos iniciais da carreira, promover, exonerar, aposentar, bem

como praticar todo e qualquer ato que importe em provimento ou vacância dos cargos da carreira da Defensoria Pública, dos cargos em comissão e do quadro de apoio da estrutura da Defensoria Pública Geral do Estado;
(Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

III – propor demissão ou cassação de aposentadoria de membro da Defensoria Pública;

IV – apresentar, anualmente, relatório das atividades da Defensoria Pública, sugerindo medidas adequadas ao seu aperfeiçoamento;

V – convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública;

VI – baixar atos de lotação e designação dos membros da Defensoria Pública, bem como removê-los de sua lotação para outra, no interesse do serviço;

VII – promover a abertura dos concursos para provimento dos cargos efetivos da Defensoria Pública, nos termos desta lei;

VIII – dar posse aos nomeados para cargos efetivos, e em comissão, da Defensoria Pública;

IX – adir ao Gabinete, no interesse de serviço, membros da Defensoria Pública;

X – fazer publicar, anualmente, a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública;

XI – aprovar a tabela de férias dos membros da Defensoria Pública;

XII – conceder férias e licenças aos membros da Defensoria Pública;

XIII – deferir benefícios ou vantagens concedidas em lei aos membros da Defensoria Pública;

XIV – determinar o apostilamento de títulos dos membros da Defensoria Pública;

XV – aplicar penas disciplinares aos membros da Defensoria Pública, na forma da lei;

XVI – determinar exames de sanidade para verificação da capacidade física ou mental de membros da Defensoria Pública;

XVII – dirimir conflitos e dúvidas de atribuições entre os órgãos da Defensoria Pública, ouvido o Conselho Superior se julgar conveniente;

XVIII – indicar, quando solicitado pela autoridade competente, membros da Defensoria Pública para integrar comissão de inquérito no âmbito do Poder Judiciário;

XIX – requisitar dos órgãos da Administração Pública, documentos, exames, diligências e esclarecimentos necessários à atuação da Defensoria Pública;

XX – promover revisão criminal;

XXI – avocar atribuição específica de qualquer membro da Defensoria Pública e delegá-la a outro Defensor Público;

XXII – delegar as atribuições definidas neste artigo, de sua competência privativa;

* **XXIII** – Praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e à proposta e execução orçamentária da Defensoria Pública;

* **XXIV** – Decidir sobre a disposição de membros da Defensoria Pública para outros órgãos públicos, ouvido o Conselho Superior.

* Incisos acrescentados pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

Art. 9º – O Defensor Público Geral do Estado será substituído em suas faltas, impedimentos, licenças e férias, obedecida a ordem, pelos 1º e 2º Subdefensor Público Geral do Estado, nomeados pelo Governador do Estado, por indicação do Defensor Público Geral, dentre os integrantes da carreira.

§ 1º – Incumbe ao 1º Subdefensor Público Geral do Estado, que tem o estipêndio, prerrogativas e representação de Subsecretário de Estado:

I – substituir o [Defensor Público Geral](#) em suas faltas, licenças, impedimentos e férias;

II – exercer a chefia setorial de planejamento da [Defensoria Pública Geral do Estado](#), cumprindo e fazendo cumprir as normas técnicas de elaboração dos planos, programas, projetos e orçamento, promovendo o acompanhamento de sua execução;

III – auxiliar o [Defensor Público Geral](#) nos contatos com autoridades e com o público em geral, no que concerne a assuntos da [Defensoria Pública Geral do Estado](#);

IV – exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo [Defensor Público Geral](#).

§ 2º – Incumbe ao [2º Subdefensor Público Geral do Estado](#), que tem o estipêndio, prerrogativas e representação de Subsecretário de Estado:

I – substituir o [1º Subdefensor Público Geral](#), em suas faltas, impedimentos, licenças e férias;

II – coordenar os concursos para ingresso na classe inicial da carreira da Defensoria Pública;

III – desincumbir-se das tarefas e delegações que lhe forem atribuídas pelo [Defensor Público Geral](#).

Seção II

Do Conselho Superior da Defensoria Pública

Art. 10 – O Conselho Superior da Defensoria Pública, órgão de consulta e administração superior da Instituição, é integrado pelo [Defensor Público Geral do Estado](#), que o presidirá, pelos [Subdefensores Públicos Gerais](#), pelo Corregedor-Geral e por 4 (quatro) membros da Defensoria Pública, eleitos por voto obrigatório, por todos os integrantes da Instituição, dentre Defensores Públicos no 2º Grau de Jurisdição e Defensores Públicos de 1ª categoria.

- Vide arts. 101, 102, 9º e 10, da [Lei Complementar Federal no 80 de 12/1/94](#).
- Vide [Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro \(Deliberação no 17, de 1º de outubro de 1990\)](#).

Art. 11 – O mandato dos membros eleitos pelo Conselho Superior é de 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o período imediato

- Vide arts. 101, 102, 9º e 10, da [Lei Complementar Federal no 80 de 12/1/94](#).
- Vide [Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro \(Deliberação no 17, de 1º de outubro de 1990\)](#).

§ 1º – O período do exercício do mandato terá início com o ano civil, realizando-se as eleições respectivas dentro de 60 (sessenta) dias anteriores ao término de período.

§ 2º – As eleições serão realizadas em conformidade com as instruções baixadas pelo [Defensor Público Geral do Estado](#).

Art. 12 – São inelegíveis para o Conselho Superior os Defensores Públicos que estejam exercendo funções estranhas à Defensoria Pública.

- Vide arts. 101, 102, 9º e 10, da [Lei Complementar Federal no 80 de 12/1/94](#).
- Vide [Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro \(Deliberação no 17, de 1º de outubro de 1990\)](#).

Parágrafo único – Perderá o mandato o Conselheiro que se afastar de suas funções na Defensoria Pública, nas condições referidas neste artigo.

Art. 13 – Juntamente com os membros efetivos e pelo mesmo processo serão eleitos 4 (quatro) suplentes, também Defensores Públicos no 2º Grau de Jurisdição ou de 1ª Categoria.

- Vide arts. 101, 102, 9º e 10, da [Lei Complementar Federal no 80 de 12/1/94](#).
- Vide [Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do](#)

Estado do Rio de Janeiro (Deliberação no 17, de 1º de outubro de 1990).

Art. 14 – O empate que ocorrer na votação resolver-se-á em favor do mais antigo na classe.

- Vide arts. 101, 102, 9º e 10, da Lei Complementar Federal no 80 de 12/1/94.
- Vide Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Deliberação no 17, de 1º de outubro de 1990).

Art. 15 – O **Defensor Público Geral do Estado** presidirá o Conselho Superior e terá, além de seu voto de membro, o de qualidade, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

- Vide arts. 101, 102, 9º e 10, da Lei Complementar Federal no 80 de 12/1/94.
- Vide Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Deliberação no 17, de 1º de outubro de 1990).

Parágrafo único – O Conselho Superior será presidido, obedecida a ordem, pelos 1º e 2º **Subdefensores Públicos Gerais do Estado**, nas faltas, impedimentos, licenças e férias do **Defensor Público Geral**.

Art. 16 – Compete ao Conselho Superior, além de outras atribuições:

- Vide arts. 101, 102, 9º e 10, da Lei Complementar Federal no 80 de 12/1/94.
- Vide Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Deliberação no 17, de 1º de outubro de 1990).

I – organizar as listas de promoção por antigüidade e por merecimento;

II – aprovar a lista anual de antigüidade, bem como julgar as reclamações dela interpostas pelos interessados;

III – atualizar as listas de antigüidade dos membros da Defensoria Pública na data da ocorrência da vaga;

IV – organizar o concurso para provimento de cargos da carreira da Defensoria Pública;

V – opinar nas representações oferecidas contra membros da Defensoria Pública, quando solicitado o seu pronunciamento pelo **Defensor Público Geral**;

VI – recomendar as medidas necessárias ao regular funcionamento da Defensoria Pública, a fim de assegurar o seu prestígio e a plena consecução de seus fins;

VII – regular a forma pela qual será manifestada a recusa à promoção;

VIII – propor ao **Defensor Público Geral**, sem prejuízo da iniciativa deste, a aplicação de penas disciplinares;

IX – representar ao **Defensor Público Geral** sobre qualquer assunto que interesse à organização da Defensoria Pública ou à disciplina de seus membros;

X – pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo **Defensor Público Geral**;

XI – confirmar, ou não, na carreira o Defensor Público de 3ª Categoria, ao final de seu estágio;

XII – elaborar o seu Regimento Interno;

XIII – julgar, em grau de recurso, os processos disciplinares de membros da Defensoria Pública.

Seção III

Da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública

Art. 17 – A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, diretamente subordinada ao **Defensor Público Geral**, será exercida por Defensor Público no 2º Grau de Jurisdição ou Defensor Público da 1ª Categoria, indicado pelo **Defensor Público Geral**, e nomeado pelo Governador do estado.

- Vide art. 104 da Lei Complementar Federal no 80, de 12/1/94.

Parágrafo único – O Corregedor-Geral será auxiliado e substituído em suas

faltas, impedimentos, licenças e férias, pelo Subcorregedor, nomeado em comissão.

Art. 18 – O Corregedor-Geral auxiliará o [Defensor Público Geral do Estado](#) e o Conselho Superior a fiscalizar o bom andamento dos serviços afetos à Defensoria Pública e a atuação funcional de seus membros, sugerindo as medidas que julgar necessárias.

- [Vide art. 103 da Lei Complementar Federal 80/94](#)

Art. 19 – O Corregedor-Geral poderá solicitar ao [Defensor Público Geral](#) a designação de membro da Defensoria Pública para auxiliá-lo no exercício de suas funções.

Art. 20 – Compete ao Corregedor-Geral:

- [Vide art. 105 da Lei Complementar Federal 80/94.](#)

I – inspecionar, em caráter permanente, a atividade dos membros da Defensoria Pública, observando erros, abusos, omissões e distorções, recomendando sua correção, bem como, se for o caso, a aplicação das sanções pertinentes;

II – apresentar ao [Defensor Público Geral](#), no início de cada exercício, relatório dos serviços desenvolvidos no ano anterior;

III – receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública, encaminhando-as, com parecer, ao [Defensor Público Geral](#);

IV – prestar ao [Defensor Público Geral](#), em caráter sigiloso, as informações que lhe forem solicitadas sobre atuação funcional de membros da Defensoria Pública;

V – [\(Revogado pela Lei Complementar no 68, de 7/11/90\)](#)

VI – requisitar de autoridades públicas certidões, exames, diligências, processos e esclarecimentos necessários ao exercício de suas atribuições;

VII – receber e analisar os relatórios dos órgãos da Defensoria Pública, sugerindo ao [Defensor Público Geral](#) o que for conveniente;

VIII – exercer outras atribuições inerentes à sua função ou que lhe sejam determinadas pelo [Defensor Público Geral](#).

Seção IV

Das Defensorias Públicas

Art. 21 – As Defensorias Públicas são órgãos de atuação da Defensoria Pública, com as atribuições definidas em lei.

Art. 22 – Aos Defensores Públicos incumbe, genericamente, o desempenho das funções de advogado dos juridicamente necessitados, competindo-lhes especialmente:

- [Vide art. 108 da Lei Complementar Federal 80/94.](#)

I – atender e orientar as partes e interessados em locais e horários préestabelecidos;

II – postular a concessão da gratuidade de justiça e o patrocínio da Defensoria Pública mediante comprovação do estado de pobreza por parte do interessado;

III – tentar a conciliação das partes antes de promover a ação, quando julgar conveniente;

IV – acompanhar, comparecer aos atos processuais e impulsionar os processos, providenciando para que os feitos tenham a sua tramitação normal, utilizando-se de todos os meios processuais cabíveis;

V – interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal desde que encontrem fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública;

VI – sustentar, quando necessário, nos Tribunais, oralmente, ou por memorial,

com cópia à Corregedoria-Geral, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública;

VII – propor a ação penal privada nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;

VIII – ajuizar e acompanhar as reclamações trabalhistas nas Comarcas onde o Juiz de Direito seja competente para processá-las e julgá-las;

IX – exercer a função de defensor do vínculo matrimonial em qualquer grau de jurisdição;

X – exercer a função de curador especial de que tratam os códigos de Processo Penal e de Processo Civil, salvo quando a lei a atribuir especificamente a outrem;

XI – exercer a função de curador nos processos em que ao Juiz competir a nomeação, inclusive a de procurador à lide do interditando, quando a interdição for pedida pelo órgão do Ministério Público e na Comarca não houver tutor judicial;

XII – impetrar habeas corpus;

XIII – requerer a transferência de presos para local adequado, quando necessário;

XIV – funcionar por designação do Juiz em ações penais, na hipótese do não comparecimento do advogado constituído;

XV – requerer a internação de menores abandonados ou infratores em estabelecimentos adequados;

XVI – diligenciar as medidas necessárias ao assentamento do registro civil de nascimento dos menores abandonados;

XVII – requerer o arbitramento e o recolhimento aos cofres públicos dos honorários advocatícios, quando devidos;

XVIII – representar ao Ministério Público, em caso de sevícias e maus tratos à pessoa do defendendo;

XIX – defender no processo criminal os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis;

XX – funcionar como Promotor ad hoc, sempre que nomeado pelo Juiz, nas hipóteses previstas em lei.

§ 1º – Na hipótese do início IX deste artigo, quando qualquer das partes estiver assistida por Defensor Público, a defesa do vínculo matrimonial caberá ao membro da Defensoria Pública competente, consoante regulamentação baixada pelo [Defensor Público Geral](#).

§ 2º – Os Defensores Públicos darão assistência aos juridicamente necessitados que forem encaminhados aos órgãos de atuação por dirigentes de associações de moradores e de sociedades civis de natureza assistencial, por detentores de mandato popular, Vereadores, Prefeitos, Deputados, Senadores, bem como por Secretários de Estado e Municipais, sempre por intermédio das respectivas instituições, aos quais fornecerão as informações sobre a assistência prestada, quando solicitada.

§ 3º – Aos Defensores Públicos incumbe também a defesa dos direitos dos consumidores que se sentirem lesados na aquisição de bens e serviços.

§ 4º – A Defensoria Pública deverá manter Defensores Públicos nos estabelecimentos penais sob administração do Estado do Rio de Janeiro, para atendimento permanente aos presos e internados juridicamente necessitados. Competirá à administração do estabelecimento penal divulgar amplamente os dias e horários de expediente, no local, dos Defensores Públicos, reservar-lhes instalações adequadas ao seu trabalho, fornecer-lhes apoio administrativo, prestar-lhes informações e assegurar-lhes o acesso à documentação sobre os

presos e internados, aos quais não poderá, sob fundamento algum, negar o direito de entrevista com os Defensores Públicos.

Art. 23 – Os Defensores Públicos poderão deixar de promover a ação quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao [Defensor Público Geral](#), com as razões de seu proceder.

Seção V

Da Criação e da Identificação dos Órgãos de Atuação

Art. 24 – Cabe ao Governador do Estado, mediante indicação do Procurador-Geral da Defensoria Pública, criar ou modificar, dentro das espécies previstas pela lei, órgãos de atuação, e extinguir os vagos.

Art. 24 – Compete ao Defensor Público Geral do Estado, atendendo a necessidade do serviço, criar ou modificar, dentro das espécies previstas pela Lei, órgão de atuação, e extinguir os vagos.

(Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

Art. 25 – Os órgãos de atuação da Defensoria Pública identificam-se da seguinte forma:

I – Defensorias Públicas no 2º Grau de Jurisdição;

II – Defensorias Públicas, Curadorias Especiais e Núcleos da Comarca da Capital;

III – Defensorias Públicas e Núcleos das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias;

IV – Defensorias Públicas Regionais com função de auxílio ou substituição, discriminadas por ato do [Defensor Público Geral](#).

TÍTULO III

DA CARREIRA

CAPÍTULO I

Da Composição

Art. 26 – A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro compreende as classes dos Defensores Públicos no 2º Grau de Jurisdição, Defensores Públicos de 2ª Categoria e Defensores Públicos de 3ª Categoria, estruturadas em carreira, agrupando cada classe os cargos da mesma denominação e iguais atribuições e responsabilidades.

* **Art. 26** – A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro compreende as classes dos defensores Públicos de Classe Especial, Defensores Públicos e Defensores Públicos Substitutos, estruturados em carreira, agrupando cada classe os cargos da mesma denominação e iguais atribuições e responsabilidades.

(Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

• O cargo de Defensor Público de 3ª Categoria foi extinto pela Lei Complementar no 79, de 22 de setembro de 1994, publicada no D.O.R.J. de 23/9/94. Vide a Lei Complementar no 86, de 2/9/97.

CAPÍTULO II

Do Preenchimento em Órgãos de Atuação da Defensoria Pública

Seção I

Da Lotação e da Designação

Art. 27 – O preenchimento dos órgãos de atuação da Defensoria Pública é feito por lotação e por designação.

Art. 28 – Os membros da Defensoria Pública exercerão nos órgãos de atuação funções como Titular, ou em auxílio ou substituição do Titular.

Art. 29 – Cada Defensor Público terá lotação em órgão de atuação da Defensoria Pública.

Art. 30 – Os Defensores Públicos no 2º grau de jurisdição são titulares, mediante lotação, dos órgãos da Defensoria Pública junto aos tribunais de 2º grau de jurisdição e tribunais superiores.

* **Art. 30** – Os Defensores Públicos de Classe Especial são titulares, mediante lotação, dos órgãos de atuação da Defensoria Pública junto aos Tribunais de 2º Grau de Jurisdição e Tribunais Superiores.

* (Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

Art. 31 – Os Defensores Públicos de 1ª, 2ª e 3ª Categorias são titulares, mediante lotação, dos órgãos de atuação da Defensoria Pública não mencionados no artigo anterior.

Art. 31 – Os Defensores Públicos são titulares, mediante lotação, dos órgãos de atuação da Defensoria Pública não mencionados no artigo anterior.

* (Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

- O cargo de Defensor Público de 3ª categoria foi extinto pela Lei Complementar no 79, de 22 de setembro de 1994, publicada no D.O.R.J. de 23/9/94.

Art. 32 – Os Defensores Públicos no 2º grau de jurisdição, havendo necessidade de serviço, poderão ser designados para funcionar, em auxílio ou substituição, nos órgãos de atuação da Defensoria Pública junto aos tribunais de 2º grau de jurisdição e tribunais superiores.

Art. 33 – Os Defensores Públicos de 1ª Categoria, havendo necessidade de serviço, poderão ser designados para funcionar, em auxílio ou substituição, nos órgãos de atuação da Defensoria Pública juntos aos tribunais de 2º grau de jurisdição.

* **Art. 33** – Os Defensores Públicos, havendo necessidade de serviço, poderão ser designados para funcionar, em auxílio ou substituição, nos órgãos de que trata o inciso I, artigo 25.

* (Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

Art. 34 – Os Defensores Públicos de 1ª, 2ª e 3ª Categoria, havendo necessidade do serviço, poderão ser designados para funcionar, em auxílio ou substituição, nos órgãos de que trata o art. 31.

* **Art. 34** – Os Defensores Públicos Substitutos serão designados para exercício, em auxílio ou substituição, nos órgãos de que trata o artigo 31.

* (Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

- O cargo de Defensor Público de 3ª categoria foi extinto pela Lei Complementar no 79, de 22 de setembro de 1994, publicada no D.O.R.J. de 23/9/94.

Art. 35 – (Revogado pela Lei Complementar no 68, de 7/11/90)

Art. 36 – O Defensor Público Geral do Estado estabelecerá a tabela de substituição dos Defensores Públicos.

Art. 37 – (Revogado pela Lei Complementar no 79, de 22 de setembro de 1994)

Art. 38 – Os Defensores Públicos serão lotados à medida que se vagarem órgãos de atuação, após solucionados os pedidos de remoção, observada a ordem de antigüidade na classe.

Art. 39 – Em caso de extinção de órgão judiciário junto ao qual existam órgãos de atuação da Defensoria Pública, deverá este ser reidentificado por ato do Defensor Público Geral, conforme a necessidade do serviço.

§ 1º – O membro da Defensoria Pública, titular do órgão que se encontra na situação prevista no caput deste artigo, terá preferência para a lotação no órgão reidentificado.

§ 2º – Na hipótese do parágrafo anterior, não havendo interesse do Defensor

Público em exercer a preferência, permanecerá ele à disposição do gabinete do [Defensor Público Geral](#), até ocupar, por concurso de remoção, nova lotação.

Seção II

Da Remoção

Art. 40 – A remoção de membros da Defensoria Pública de um órgão de atuação para outro da mesma classe é voluntária, unilateral ou por permuta, ou compulsória, sempre por ato do [Defensor Público Geral do Estado](#).

- A Lei Complementar estadual no 68, de 7/11/90 (publicada no D.O.R.J. de 8/11/90) excluiu a hipótese de remoção compulsória. No entanto, vide arts. 118 e 120 da Lei Complementar Federal no 80, de 12/1/94 (publicada no D.O.U. de 13/01/94).

Art. 41 – A remoção voluntária unilateral dependerá de claro em órgão de atuação da Defensoria Pública.

Art. 42 – Os requerimentos de remoção voluntária unilateral deverão ser dirigidos ao [Defensor Público Geral](#), no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias contados da data que for publicado no Órgão Oficial o aviso para remoção.

- Vide art. 121 da LCF No 80/94.

Parágrafo único – A remoção voluntária obedecerá, rigorosamente, a ordem de antiguidade dos concorrentes.

Art. 43 – No caso previsto no artigo 91, inciso V, da Constituição Estadual, a remoção ficará subordinada aos critérios desta lei, conferindo-se, porém, ao interessado preferência em relação aos concorrentes em igualdade de condições.

- Este dispositivo não foi recepcionado pela Constituição Estadual de 5/10/89.

Art. 44 – A remoção por permuta, admissível entre membros da Defensoria Pública da mesma classe, dependerá de requerimento conjunto dirigido ao [Defensor Público Geral](#), que apreciará o pedido em função da conveniência do serviço.

- Vide arts. 119 e 123 da Lei Complementar Federal 80/94.

Parágrafo único – É vedada a permuta entre membros da Defensoria Pública:

I – quando um dos permutantes estiver habilitado à promoção em razão da existência de vaga na classe superior;

II – no período de 1 (um) ano antes do limite de idade para aposentadoria compulsória de qualquer dos permutantes;

III – ao membro da Defensoria Pública que estiver inscrito em concurso para qualquer carreira;

IV – quando um dos permutantes não estiver em efetivo exercício na lotação.

Art. 45 – (Revogado pela Lei Complementar no 68, de 7/11/90)

- Apesar da revogação vide arts. 118 e 120 da Lei Complementar Federal no 80, de 12/1/94 (publicada no D.O.U. de 13/1/94).

CAPÍTULO III

Do Provimento Originário

Seção I

Do Concurso

Art. 46 – O ingresso na carreira da Defensoria Pública far-se-á no cargo de Defensor Público de 3ª Categoria, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, promovido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, com a participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

* Art. 46 – O ingresso na carreira da Defensoria Pública far-se-á no cargo de Defensor Público Substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, promovido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, com participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

* (Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

- Vide art. 112 da Lei Complementar Federal 80/94
- Vide art. 6º, IV, do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º – Sempre que o número de cargos vagos for igual ou excedente a 10% (dez por cento) dos existentes na classe inicial da carreira, proceder-se-á a abertura do concurso, por ato do [Defensor Público Geral do Estado](#).

§ 2º – O concurso obedecerá ao regulamento elaborado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 47 – O Regulamento do concurso exigirá dos interessados os seguintes requisitos:

I – ser brasileiro e bacharel em direito;

II – ter, no máximo, 48 (quarenta e oito) anos de idade à data do pedido de inscrição;

- Dispositivo revogado pelo art. 7º, XXX, extensivo aos servidores públicos pelo art. 39, § 3º, da Constituição Federal:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;”

- Constituição do Estado do Rio de Janeiro, art. 77, III:

“Art. 77

III – não haverá limite máximo de idade para a inscrição em concurso público, constituindo-se, entretanto, em requisito de acessibilidade ao cargo ou emprego a possibilidade de permanência por cinco anos no seu efetivo exercício.”

- Vide art. 37, incisos I, II e VIII, da Constituição Federal.

- O art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro assegura a isenção de pagamento de taxa de inscrição para todos postulantes a investidura em cargo ou emprego público, desde que comprovem insuficiência de recursos, na forma da lei.

III – estar no gozo dos direitos políticos e em dia com as obrigações atinentes ao serviço militar;

IV – gozar de perfeita saúde física e mental;

V – ter, à data do pedido de inscrição, 2 (dois) anos, pelo menos, de prática profissional;

VI – ser considerado idôneo e apresentar condições pessoais compatíveis com o exercício das funções, a critério exclusivo do Conselho Superior

Parágrafo único – Serão consideradas formas de prática profissional, além do exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, a obtida em estágios profissionais de direito, oficiais ou reconhecidos, bem como o exercício de atividades de apoio ou assessoria de funções jurídicas nos órgãos administrativos do sistema jurídico do Estado, da Procuradoria-Geral da Justiça e do Poder Judiciário.

Art. 48 – Será dispensado o limite de idade máxima para funcionários efetivos do Estado.

- Confrontar com o art. 77, III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único – O funcionário que requerer inscrição com a dispensa do limite de idade prevista neste artigo, firmará compromisso de exonerar-se do cargo que ocupar na ocasião de seu ingresso na Defensoria Pública.

Art. 49 – As provas do concurso, a serem prestadas na forma do respectivo Regulamento, versarão sobre questões de Direito, especialmente de Direito

Penal, Processual Penal, Civil, Processual Civil, Constitucional e do Trabalho, bem como Princípios Institucionais da Defensoria Pública.

Art. 50 – Durante o prazo de validade do concurso o [Defensor Público Geral](#) enviará ao Governo, para nomeação, na ordem decrescente de classificação, tantos nomes de aprovados quantas forem as vagas a preencher.

- [Vide art. 37, III, da Constituição Federal e art. 77, IV, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.](#)

Parágrafo único – O concurso será válido por 2 (dois) anos, a partir da publicação oficial de seu resultado.

Seção II

Da Nomeação

Art. 51 – Os cargos da classe inicial do Quadro da Defensoria Pública serão providos em caráter efetivo, por nomeação do Governador, observando a ordem de encaminhamento dos nomes dos candidatos aprovados em concurso.

- [Vide art. 113 da Lei Complementar Federal 80/94.](#)

Parágrafo único – O nomeado ficará à disposição do [Defensor Público Geral](#) para os fins previstos no artigo 37.

Seção III

Da Posse

Art. 52 – O [Defensor Público Geral](#) dará posse aos membros da Defensoria Pública.

Art. 53 – É de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação oficial, o prazo para a posse dos membros da Defensoria Pública.

§ 1º – O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado pelo [Defensor Público Geral](#), até 60 (sessenta) dias, a requerimento do interessado, havendo motivo justo.

- [Vide art. 114 da Lei Complementar Federal 80/94](#)

§ 2º – A nomeação tornar-se-á sem efeito se a posse não se der dentro dos prazos aqui previstos.

Art. 54 – São requisitos para a posse:

I – habilitação em exame de sanidade e capacidade física realizado por órgão estadual;

II – declaração de bens;

III – declaração sobre a ocupação ou não de outro cargo, função ou emprego e sobre o recebimento de proventos ou pensões de inatividade.

Art. 55 – A posse será precedida da prestação do compromisso, por parte do empossado, de fiel cumprimento dos deveres inerentes ao cargo, nos seguintes termos:

“Prometo servir à Defensoria Pública, orientando os juridicamente necessitados, postulando e defendendo os seus direitos”.

Seção IV

Do Exercício

Art. 56 – O membro da Defensoria Pública deverá entrar em exercício no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da posse, sob pena de exoneração.

Art. 57 – O membro da Defensoria Pública que for promovido ou removido terá o exercício contado da data da publicação do correspondente ato.

§ 1º – Em caso de promoção ou remoção para Comarca diversa, o Defensor Público deverá assumir suas novas funções no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º – O prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado, havendo motivo justo, a critério do [Defensor Público Geral](#).

Seção V

Do Estágio Confirmatório

- Vide Resolução PGDP no 160, de 23 de junho de 1994, publicada no DOERJ, de 4/7/94, que regulamenta o Estágio Confirmatório.

Art. 58 – A contar do dia em que o membro da Defensoria Pública houver entrado em exercício e durante o período de 18 (dezoito) meses, será apurado o preenchimento ou não dos requisitos necessários à sua confirmação na carreira.

§ 1º – Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

- I – idoneidade moral;
- II – zelo funcional;
- III – eficiência;
- IV – disciplina.

§ 2º – Não está isento do estágio confirmatório, previsto nesta lei, o membro da Defensoria Pública que já se tenha submetido a estágio probatório ou experimental em outro cargo.

Art. 59 – O Conselho Superior regulamentará o estágio confirmatório e designará Comissão a que competirá acompanhar a atuação do Defensor Público em estágio.

- Vide art. 6o, XI, do Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º – A Comissão encaminhará, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do término do estágio, relatório ao Conselho Superior, no qual opinará motivadamente pela confirmação, ou não, do Defensor Público na carreira.

§ 2º – Quando, o relatório concluir pela não confirmação, dele terá conhecimento o Defensor Público, que poderá oferecer alegações no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 60 – O Conselho Superior, em seguida, apreciando os fatos, por maioria absoluta de seus membros, confirmará ou não, o Defensor Público na carreira.

§ 1º – Se a decisão do Conselho Superior for no sentido da confirmação, o Defensor Público Geral expedirá o competente ato declaratório.

§ 2º – Se a decisão for no sentido da não confirmação, o Defensor Público receberá dela cópia integral, após o que será de imediato afastado do exercício e encaminhado expediente ao Governador do Estado para a sua exoneração.

Art. 61 – O Conselho Superior proferirá sua decisão até 60 (sessenta) dias antes de completar o Defensor Público 2 (dois) anos de exercício.

Parágrafo único – Decorrido o prazo de 2 (dois) anos do início de seu exercício, o Defensor Público estará automaticamente confirmado na carreira, o que ocorrendo, sem a ulitimação do processo confirmatório, como acima previsto, deverá o Defensor Público Geral determinar a apuração de responsabilidade pela ocorrência do fato.

- A Emenda Constitucional no 19/98, alterando o art. 41 da Constituição Federal, ampliou para três anos o período do Estágio Confirmatório. No entanto, o art. 28 da Emenda dispõe que:

"Art. 28 – É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º do art. 41 da Constituição Federal".

CAPÍTULO IV

Do Provimento Derivado

Seção I

Da Promoção

Art. 62 – As promoções na carreira da Defensoria Pública serão feitas de classe para classe, por antigüidade e por merecimento, alternadamente.

• Vide art. 115 da Lei Complementar Federal 80/94.

Art. 63 – A antigüidade será apurada na classe e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma.

• Vide art. 116, § 2o, da Lei Complementar Federal 80/94.

§ 1º – O eventual empate na classificação por antigüidade resolver-se-á pelo maior tempo de serviço na Defensoria Pública e, se necessário, pelos critérios de maior tempo de serviço estadual, maior tempo de serviço público em geral e o de mais idade. Na classe inicial o empate resolver-se-á pela ordem de classificação no concurso.

§ 2º – Em janeiro de cada ano, o **Defensor Público Geral** mandará publicar, no órgão oficial, a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública em cada classe, a qual conterà, em anos, meses e dias, o tempo de serviço na classe, na carreira, no serviço público estadual e no serviço público em geral e o computado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 3º – As reclamações contra a lista deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias da respectiva publicação, cabendo ao Conselho Superior o seu julgamento.

Art. 64 – A promoção por antigüidade recairá no mais antigo da classe.

*** Parágrafo único – Salvo a hipótese prevista no artigo 70 desta Lei, a promoção por antigüidade somente poderá deixar de ocorrer, sempre pelo voto da maioria absoluta do Conselho Superior, se o Defensor Público mais antigo na classe:**

I – estiver respondendo a processo disciplinar;

II – tiver recebido punição de advertência, multa ou censura a menos de um ano da data da promoção;

III – tiver recebido punição de suspensão a menos de dois anos da data da promoção.

*** Parágrafo e incisos incuídos pela Lei Complementar nº 100/2001.**

Art. 65 – O merecimento, também apurado na classe será aferido pelo Conselho Superior, que levará em conta os fatores seguintes:

I – o procedimento do membro da Defensoria Pública em sua vida pública e particular, o conceito de que goza na Comarca, segundo as observações feitas em correções e em visitas de inspeção, e o mais que conste de seus assentamentos funcionais;

II – a pontualidade e o zelo no cumprimento dos deveres funcionais, a atenção às instruções emanadas da **Defensoria Pública Geral**, aquilatadas pelo relatório de suas atividades e pelas observações feitas nas correções e visitas de inspeção;

III – eficiência no desempenho de suas funções verificada através dos trabalhos produzidos;

IV – a contribuição à organização e à melhoria dos serviços judiciários e correlatos;

V – o aprimoramento de sua cultura jurídica, através de cursos especializados, publicações de livros, teses, estudos e artigos e obtenção de prêmios, tudo relacionado com a sua atividade funcional;

VI – a atuação em Comarca que apresente particular dificuldade para o exercício das funções.

Parágrafo único – Para os efeitos do artigo, o Corregedor-Geral fará presente à sessão do Conselho Superior a pasta de Assentamentos dos membros da Defensoria Pública que possam ser votados para compor a lista tríplice a que alude o artigo 66.

Art. 66 – A promoção por merecimento dependerá de lista tríplice para cada

vaga, organizada pelo Conselho Superior, em sessão secreta, com ocupantes do primeiro terço da lista de antigüidade.

- Vide art. 116, § 3º, da Lei Complementar Federal 80/94.

§ 1º – Serão incluídos na lista tríplice os nomes dos que obtiverem os votos da maioria absoluta dos votantes, procedendo-se a tantas votações quantas sejam necessárias para a composição da lista.

- O art. 116, § 5º, da Lei Complementar Federal 80/94 tornou obrigatória a promoção do Defensor Público que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, salvo as hipóteses de impedimento por ter sofrido imposição de penalidade em processo administrativo disciplinar, cujos prazos serão fixados pela lei estadual.

§ 2º – A lista de promoção por merecimento poderá conter menos de 3 (três) nomes, se os remanescentes da classe com o requisito do interstício forem em número inferior a 3 (três).

Art. 67 – Os membros da Defensoria Pública somente poderão ser promovidos após um ano de efetivo exercício na classe.

Parágrafo único – Dispensar-se-á o prazo de interstício previsto neste artigo se não houver quem preencha tal requisito ou se quem o preencher recusar a promoção.

- O art. 116, § 4º, da Lei Complementar Federal 80/94 estendeu para dois anos o prazo para a promoção do Defensor Público.

Art. 68 – O Defensor Público Geral, ao encaminhar ao Governador do Estado a lista de promoção por merecimento, comunicar-lhe-á a ordem de escrutínios, o número de votos obtidos e quantas vezes os indicados tenham entrado em listas anteriores.

Art. 69 – Cabe ao Governador do Estado efetivar a promoção de um dos indicados em lista, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do respectivo expediente.

Art. 70 – É lícita a recusa à promoção, que deverá ser manifestada na forma regulada pelo Conselho Superior.

- Vide art. 116, § 1º, da Lei Complementar Federal 80/94.

Parágrafo único – Quando se tratar de recusa à promoção por antigüidade, a indicação recairá no Defensor Público que se seguir na lista.

Art. 71 – As vagas serão providas uma a uma, ainda que existam várias a serem preenchidas na mesma classe.

Seção II

Do Reingresso

Art. 72 – O reingresso na carreira da Defensoria Pública dar-se-á em virtude de reintegração ou aproveitamento.

- Vide arts. 40 a 44 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479, de 8/3/79).

Art. 73 – A reintegração importa no retorno do membro da Defensoria Pública ao cargo que anteriormente ocupava, restabelecidos os direitos e vantagens atingidos pelo ato demissionário, observadas as seguintes normas:

- Vide arts. 40 a 44 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479, de 8/3/79).

I – se o cargo estiver extinto, o reintegrado será posto em disponibilidade;

II – se no exame médico for considerado incapaz, o reintegrado será aposentado com os proventos a que teria direito se passasse à inatividade após efetivada a reintegração.

Art. 74 – O aproveitamento é o retorno à carreira do membro da Defensoria Pública posto em disponibilidade.

- Vide arts. 40 a 44 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479, de 8/3/79).

Parágrafo único – O aproveitamento dar-se-á, obrigatoriamente, na primeira vaga da classe a que pertencer o membro da Defensoria Pública.

Art. 75 – O aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimento.

- Vide arts. 40 a 44 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479, de 8/3/79).

Art. 76 – Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o de maior tempo na Defensoria Pública.

- Vide arts. 40 a 44 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479, de 8/3/79).

Art. 77 – Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o membro da Defensoria Pública, cientificado expressamente do ato de aproveitamento, não tomar posse no prazo pertinente, salvo justo motivo.

- Vide arts. 40 a 44 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479, de 8/3/79).

Art. 78 – O reingresso far-se-á por ato do Governador do Estado, aplicando-se à posse e exercício conseqüente as disposições desta lei.

- Vide arts. 40 a 44 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479, de 8/3/79).

CAPÍTULO V

Da Vacância dos Cargos

Art. 79 – A vacância de cargos da carreira da Defensoria Pública poderá decorrer de:

I – exoneração a pedido ou ex-officio;

II – demissão;

III – promoção;

IV – aposentadoria;

V – falecimento.

Art. 80 – Será expedido ato de exoneração ex-officio no caso de posse do membro da Defensoria Pública em outro cargo efetivo, salvo se permissível a acumulação.

Art. 81 – Dar-se-á a vacância na data do fato ou da publicação do ato que lhe der causa.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS, DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 82 – Os membros da Defensoria Pública, do Ministério Público, Magistrados e advogados se devem consideração e respeito mútuos, inexistindo entre eles, na administração da justiça, para qual concorrem, qualquer relação de hierarquia ou subordinação.

Art. 83 – Nos termos das disposições constitucionais e legais, são assegurados

aos membros da Defensoria Pública direitos, garantias e prerrogativas concedidos aos advogados em geral.

CAPÍTULO II

Das Garantias e das Prerrogativas

Art. 84 – Os membros da Defensoria Pública, após dois anos de exercício, não podem ser demitidos senão por sentença judicial ou em consequência de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa.

Parágrafo único – Antes de completar o prazo previsto neste artigo, o membro da Defensoria Pública só poderá ser exonerado pela sua não confirmação na carreira, ou demitido por justa causa, comprovada em procedimento administrativo no qual se lhe assegure o direito de defesa.

- O art. 41 e §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional no 19, de 5/6/98, modificou as condições dessa garantia, ampliando o prazo referido neste dispositivo para três anos.

Art. 85 – Os membros da Defensoria Pública serão originariamente processados e julgados pelo Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, mediante denúncia privativa do Procurador-Geral da Justiça.

Art. 86 – Em caso de infração penal imputada a membro da Defensoria Pública, a autoridade policial, tomando dela conhecimento, comunicará o fato ao [Defensor Público Geral do Estado](#) ou a seu substituto legal.

- Vide art. 128, II, da Lei Complementar Federal 80/94.

Parágrafo único – A prisão ou detenção de membro da Defensoria Pública, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao [Defensor Público Geral do Estado](#), sob pena de responsabilidade de quem não o fizer, e só será efetuada em quartel ou prisão especial, à disposição da autoridade competente.

- Vide art. 128, III, da Lei Complementar Federal 80/94.

Art. 87 – São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública:

I – usar distintivos e vestes talares, de acordo com os modelos oficiais;

- Vide art. 128, IV, da Lei Complementar Federal 80/94.

II – possuir carteira de identidade e funcional, conforme modelo aprovado pelo [Defensor Público Geral](#), sendo-lhes assegurado o porte de arma e podendo solicitar, se necessário, o auxílio e a colaboração das autoridades públicas para o desempenho de suas funções;

III – requisitar diretamente, das autoridades competentes, certidões, solicitar os esclarecimentos de que necessitarem e acompanhar as diligências que requererem, sempre no exercício de suas funções;

- Vide art. 128, X, Lei Complementar Federal 80/94.

IV – utilizar-se dos meios de comunicação do Estado no interesse do serviço, e, da mesma forma, dos Municípios, quando se trate do patrocínio de direitos dos respectivos munícipes;

V – dispor nos Tribunais e locais de funcionamento de órgãos judiciários de instalações compatíveis com a relevância de seus cargos, usando efetivamente as dependências que lhes são reservadas;

- Vide art. 128, XIII, da Lei Complementar Federal 80/94.

- Dispõe o art. 8º da Lei Complementar no 41, de 24/8/84:

“Art. 8º – Nos prédios públicos onde funcionarem órgãos judiciários ou Tribunais, os Defensores Públicos receberão instalações próprias ao desempenho de suas funções em igualdade de tratamento com os membros da Magistratura e do Ministério Público, compatíveis com o atendimento público que devem prestar aos juridicamente necessitados.”

VI – ingressar nos recintos das sessões e audiências, neles permanecer e,

deles sair, independentemente de autorização;

VII – usar da palavra, pela ordem, falando sentado ou em pé, durante a realização de audiência ou sessão, em qualquer Juízo ou Tribunal;

VIII – tomar ciência pessoal de atos e termos dos processos em que funcionaram;

IX – agir, em Juízo ou fora dele, com dispensa de emolumentos e custas;

X – ter vista dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;

XI – comunicar-se, pessoal e reservadamente com seus assistidos, ainda quando estes se achem presos ou detidos;

XII – examinar, em qualquer repartição policial ou judiciária, autos de flagrante, inquéritos e processos, quando necessitar de prova ou de informações úteis ao exercício de suas funções.

CAPÍTULO III

Do Estipêndio

Seção I

Disposições Gerais

Art. 88 – O estipêndio dos cargos da carreira da Defensoria Pública compreende o vencimento e as vantagens pecuniárias.

Art. 89 – Os membros da Defensoria Pública aposentados receberão proventos, fixados na forma da lei.

Art. 90 – O estipêndio dos membros da Defensoria Pública não sofrerá descontos além dos previstos em lei, nem será objeto de arresto ou penhora, salvo quando se tratar de:

I – prestação de alimentos determinada judicialmente;

II – reposição ou ressarcimento devido à Fazenda Pública;

III – desconto facultativo, a seu próprio pedido.

§ 1º – As reposições e ressarcimentos devidos à Fazenda Pública serão descontados em parcelas mensais, não excedentes da décima parte do vencimento.

§ 2º – Não haverá reposição nos casos em que a percepção indevida do estipêndio tiver decorrido de ato normativo ou entendimento aprovado por órgão administrativo competente.

§ 3º – O **Defensor Público Geral** regulamentará a forma da inclusão de descontos facultativos em folha de pagamento.

Seção II

Do Vencimento

Art. 91 – O vencimento dos membros da Defensoria Pública guardará a diferença de 10% (dez por cento) de uma para outra classe da carreira, a partir do fixado para o cargo de Defensor Público no 2º Grau de Jurisdição.

* **Art. 91** – O vencimento ou subsídio dos membros da Defensoria Pública guardará a diferença de 5% (cinco por cento) de uma para outra classe da carreira, a partir do fixado para o cargo de Defensor Público de Classe Especial.

* (Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

• **Vide art. 124, § 2º, da Lei Complementar Federal 80/94.**

Art. 92 – Aplicam-se aos membros da Defensoria Pública os reajustes de vencimentos que, em caráter geral, venham a ser concedidos aos demais funcionários estaduais do Poder Executivo.

• **Constituição Federal, art. 37, incisos XI e XV, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 5/6/98:**

"Art. 37. ...

...

XI – A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal."

...

"XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I";

• Constituição do Estado do Rio de Janeiro, art. 83, II:

"Art. 83. Aos servidores públicos civis ficam assegurados, além de outros que a lei estabelecer, os seguintes direitos:

...

II - irredutibilidade de salário.

Seção III

Das Vantagens Pecuniárias

Art. 93 – O membro da Defensoria Pública terá direito a perceber, além dos vencimentos, as seguintes vantagens:

I – gratificação adicional por tempo de serviço;

• Vide art. 124, I, Lei Complementar Federal 80/94.

II – ajuda de custo;

III – diárias;

• Vide art. 124, IV, Lei Complementar Federal 80/94.

IV – auxílio-doença;

V – salário-família;

• Vide art. 124, III, Lei Complementar Federal 80/94.

VI – representação.

• Vide art. 124, V, da Lei Complementar Federal 80/94.

* VII – ajuda de custo para despesa de transporte e mudança.

* (Inciso acrescentado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

* VIII - gratificação pelo exercício cumulativo de cargos e funções.

* Inciso acrescentado pela Lei Complementar nº 100/2001.

Parágrafo único – Outras vantagens não disciplinadas ou não previstas na presente lei serão auferidas pelos membros da Defensoria Pública de acordo com as normas pertinentes, inclusive as aplicáveis ao funcionalismo em geral.

• Vantagens introduzidas pela Constituição Federal, art. 7º, VIII, XVII e XIX, as quais foram reproduzidas pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro (art. 83, IV, XI e XIII):

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (extensivo aos servidores públicos pelo art. 39, § 3º, da Constituição Federal):

...

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

...

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

...

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei (vide art. 10, § 1º, do ADCT)

Subseção I

Da Gratificação Adicional e da Representação

Art. 94 – O membro da Defensoria Pública fará jus:

I – à gratificação adicional por tempo de serviço, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento), equivalente a 7 (sete) quinquênios.

II – à percepção de representação idêntica à fixada na Lei nº 573, de 27.9.82.

Parágrafo único – A gratificação de que trata o inciso I deste artigo é devida a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o quinquênio, e, para efeito de seu cálculo, computar-se-á todo o tempo de serviço público reconhecido por lei e averbado nos respectivos assentamentos funcionais.

• A Lei estadual no 1.608, de 15 de janeiro de 1990 (D.O.R.J. de 16/1/90), passou a dispor em seu art. 6º que:

"Art. 6º – O artigo 2º da Lei nº 1.522, de 13 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação, suprimido o seu parágrafo único:

– 'Art. 2º – O regime de adicional por tempo de serviço para todo o funcionalismo civil e militar do Estado do Rio de Janeiro, ativo ou inativo, na forma da legislação vigente, será o de triênio, sendo o primeiro deles equivalente a 10% (dez por cento) e os demais de 5% (cinco por cento), limitados a um máximo de 11 (onze) triênios'."

• A Lei Complementar no 28, de 21/5/82, e a Lei no 680, de 8/11/83, extensivas aos Defensores Públicos por força do que dispõe o art. 3º da Lei no 773, de 23/8/84, prevêm:

"Lei Complementar nº 28/82:

Art. 210 – Aos membros do Ministério Público que percebem triênios fica assegurada em definitivo a percepção dessa vantagem, de acordo com a legislação vigente à data desta lei, não sendo acumulável com quinquênios."

"Lei nº 680/83:

Art. 3º – Aplica-se aos destinatários da Lei Complementar nº 28, de 21 de maio de 1982, não abrangidos pelo disposto no artigo 210 daquela Lei, a progressão horizontal percebida pelos beneficiários da citada disposição e pelos funcionários a que se refere a Lei Complementar nº 15, de 15 de novembro de 1980."

"Lei 773/84:

Art. 3º – Aplica-se aos integrantes da carreira de que trata a Lei Complementar nº 6, de 12 de maio de 1977, a progressão horizontal prevista no art. 3º da Lei nº 680, de 1 de novembro de 1963."

• A Emenda Constitucional no 19/98, alterando o art. 135 da Constituição Federal, estabelece que os Defensores Públicos serão remunerados na forma do art. 39, § 4º, da Constituição Federal, que passou a ter a seguinte redação: "Art. 39 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

...

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI".

"Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

.....
X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;”

Subseção II

Da Ajuda de Custo

Art. 95 – No caso de afastamento do Estado, por prazo superior a 30 (trinta) dias, em cumprimento de missão que lhe seja confiada pelo **Defensor Público Geral**, o membro da Defensoria Pública fará jus, a título de ajuda de custo, ao equivalente a um vencimento por mês, até o limite de 3 (três).

- Vide art. 126 e §§, da Lei Complementar Federal 80/94.

Subseção III

Das Diárias

Art. 96 – O membro da Defensoria Pública que, em razão de serviço, se deslocar temporariamente da Comarca em que tiver exercício, terá direito à percepção de diárias na forma estabelecida por Resolução do **Defensor Público Geral**, obedecida a legislação pertinente.

Art. 97 – Também fará jus à percepção de diária o membro da Defensoria Pública que se afastar do Estado, por prazo inferior a 30 (trinta) dias, inclusive para a participação, como autor de tese, membro de Comissão Técnica ou delegado do **Defensor Público Geral**, em congressos, simpósios, seminários e outros conclaves, dependendo sempre de ato da Chefia da Defensoria Pública.

Subseção IV

Do Auxílio-Doença

Art. 98 – Após cada período de 12 (doze) meses, consecutivos, de licença para tratamento de saúde, o membro da Defensoria Pública terá direito a 1 (um) mês de vencimento, a título de auxílio-doença.

* Subseção V

Da Ajuda de Custo Para Despesa de Transporte e Mudança

Art. 98-A – O membro da Defensoria Pública, quando designado para ter exercício em órgão de atuação distante mais de 60Km (sessenta quilômetros) de sua residência ou removido para outro órgão que implique em mudança de residência, perceberá ajuda de custo não excedente a 1/5 (um quinto) de seus vencimentos-base.

* (Subseção acrescentada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 95/2000)

* Subseção VI

Da gratificação de acumulação

Art. 98-B - O membro da Defensoria Pública, quando exercer a acumulação de funções de órgãos de atuação distintos, perceberá gratificação não excedente

a 1/3 (um terço) de seus vencimentos.

* Subseção acrescentada pela Lei Complementar nº 100/2001.

Seção IV

Dos Proventos da Inatividade

Art. 99 – Os proventos de aposentadoria dos membros da Defensoria Pública serão calculados sobre a soma do vencimento com as vantagens incorporáveis.

- Vide notas do arts. 124 e 125.

Parágrafo único – Integram os proventos quaisquer gratificações ou parcelas financeiras percebidas em caráter permanente.

Art. 100 – Os proventos da aposentadoria serão:

- Vide notas do arts. 124 e 125.

I – integrais, quando o membro da Defensoria Pública:

1. completar tempo de serviço para aposentadoria voluntária;
2. for atingido por invalidez em virtude de acidente no serviço, doença profissional ou tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, lepra, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante) e outras moléstias que a lei indicar;
3. na inatividade, for acometido de qualquer das doenças especificadas no item anterior.

II – proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

§ 1º – Para os fins desta lei, entende-se por acidente no trabalho o evento que cause dano físico ou mental ao membro da Defensoria Pública e que seja relacionado com o exercício de suas funções.

§ 2º – Equipara-se ao acidente no trabalho a agressão, quando não provocada, sofrida pelo membro da Defensoria Pública em razão do desempenho de suas funções.

§ 3º – Por doença profissional, para os efeitos desta lei, entende-se aquela peculiar ou inerente ao trabalho exercido, comprovada, em qualquer das hipóteses, a relação de causa e efeito.

§ 4º – Nos casos previstos nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o laudo resultante da inspeção médica deverá estabelecer rigorosamente a caracterização do acidente no trabalho e da doença profissional.

Art. 101 – Aos membros da Defensoria Pública inativos, são assegurados os direitos e vantagens previstos na legislação vigente ao tempo do ingresso na inatividade.

- Vide notas dos arts. 124 e 125.

§ 1º – Os proventos da inatividade serão reajustados na mesma proporção dos aumentos de vencimentos que forem concedidos, a qualquer título, aos membros da Defensoria Pública em atividade.

§ 2º – Os proventos dos membros da Defensoria Pública na inatividade não poderão exceder à correspondente remuneração da atividade.

CAPÍTULO IV

Do Tempo de Serviço

Seção I

Disposições Gerais

Art. 102 – A apuração do tempo de serviço dos membros da Defensoria Pública será feita em dias.

Parágrafo único – O número de dias será convertido nos anos e meses, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) e o mês como

de 30 (trinta) dias.

Art. 103 – Será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade e acréscimos, o tempo de serviço público federal, estadual e municipal e autárquico; para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, até o máximo de 15 (quinze) anos, o tempo de exercício de advocacia apurado conforme critérios estabelecidos em decreto executivo, desde que não desempenhado cumulativamente com qualquer outra função pública.

- O art. 3º da Lei Complementar no 68, de 7 de novembro de 1990 (DORJ de 8/11/90) que estendeu aos Defensores Públicos a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço de advocacia até o máximo de 15 (quinze) anos, foi revogado pela Lei Complementar no 88, de 23/12/97.

Art. 104 – Considerar-se-á em efetivo exercício do cargo o membro da Defensoria Pública afastado em virtude de:

I – casamento, até 8 (oito) dias;

II – luto, por falecimento de cônjuge, pais filhos ou irmãos até 8 (oito) dias;

- Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, art. 225, alterado pelo Decreto no 13.785, de 31/10/89:

"Art. 225 – Sem prejuízo do vencimento, direitos e vantagens, o funcionário poderá faltar ao serviço até 8 (oito) dias consecutivos por motivo de:

I – casamento;

II – falecimento do cônjuge, companheiro ou companheira, pais, filhos ou irmãos.

§ 1º – Computar-se-ão, para os efeitos deste artigo, os sábados, domingos e feriados compreendidos no período.

§ 2º – A qualidade de companheiro ou companheira, exclusivamente para esse efeito, será demonstrada pela coabitação por prazo mínimo de 2 (dois) anos, desnecessária em havendo filho comum."

III – missão oficial;

IV – convocação para o Serviço Militar, outros encargos de Segurança Nacional e demais serviços obrigatórios por lei;

V – desempenho de cargo ou função de confiança no serviço público federal, estadual ou municipal;

VI – férias;

VII – licença para tratamento de saúde;

VIII – licença por doença em pessoa da família, na forma do artigo 117;

IX – licença à gestante

X – licença-prêmio;

XI – outras causas legalmente previstas.

- Vide art. 7º, XIX, da Constituição Federal, e art. 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que introduziu a licença-paternidade pelo prazo de cinco dias, o qual foi reproduzido pelo art. 83, XIII, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 105 – O período de afastamento do membro da Defensoria Pública para exercício de mandato eletivo, federal, estadual ou municipal será contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.

Art. 106 – As férias e licenças dos membros da Defensoria Pública serão concedidas pelo [Defensor Público Geral](#).

Seção II

Das Férias

Art. 107 – Os membros da Defensoria Pública gozarão férias individuais por 60

(sessenta) dias em cada ano.

- Vide art. 125 da Lei Complementar Federal 80/94.

§ 1º – As férias não gozadas no período, por conveniência do serviço, poderão sê-lo, acumuladamente, no ano seguinte.

§ 2º – Na impossibilidade de gozo de férias acumuladas, ou no caso de sua interrupção no interesse do serviço, os membros da Defensoria Pública contarão, em dobro, para efeito de aposentadoria, o período não gozado.

- A Emenda Constitucional no 20/98 modificou o art. 40, § 10, da Constituição Federal, estabelecendo:

"Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

...

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício."

§ 3º – As férias serão gozadas por períodos consecutivos, ou não, de 30 (trinta) dias cada, de acordo com o interesse do serviço.

Art. 108 – O membro da Defensoria Pública em estágio probatório só gozará férias após completar 1 (um) ano de efetivo exercício.

Art. 109 – Não poderá entrar em gozo de férias o membro da Defensoria Pública que tiver processo em seu poder por tempo excedente ao prazo legal.

Art. 110 – O membro da Defensoria Pública comunicará ao [Defensor Público Geral](#), antes de entrar em férias, o endereço onde poderá ser encontrado, caso se afaste de seu domicílio.

Art. 111 – O membro da Defensoria Pública, promovido ou removido durante o gozo de férias, contará do término destas o prazo para assumir suas novas funções.

Art. 112 – Findas as férias, o membro da Defensoria Pública comunicará ao [Defensor Público Geral](#) o retorno ao exercício de suas funções.

Seção III

Das Licenças

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 113 – Conceder-se-á licença:

I – para tratamento de saúde;

II – por doença em pessoa da família;

III – à gestante;

IV – prêmio;

V – para o trato de interesses particulares;

VI – por motivo de afastamento de cônjuge;

VII – nos casos previstos em outras leis.

Art. 114 – O membro da Defensoria Pública comunicará ao [Defensor Público Geral](#) o lugar onde poderá ser encontrado, quando em gozo de licença.

Art. 115 – Finda a licença, observar-se-á o disposto no artigo 112.

Subseção II

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 116 – Aos membros da Defensoria Pública será concedida licença para tratamento de saúde, nos termos da legislação aplicável ao funcionalismo civil do Poder Executivo.

Parágrafo único – O licenciado perceberá integralmente os vencimentos e as vantagens do cargo.

Subseção III

Da Licença por Doença em Pessoa da Família

Art. 117 – Será concedida licença por doença em pessoa da família quando o membro da Defensoria Pública comprovar ser indispensável sua assistência pessoal ao enfermo e que esta não possa ser prestada concomitantemente com o exercício de suas funções, limitado o prazo pelo [Defensor Público Geral](#).

§ 1º – Consideram-se pessoas da família, para os efeitos deste artigo:

I – os pais;

II – o cônjuge;

III – os filhos.

§ 2º – A doença será comprovada mediante inspeção médica, na forma da legislação específica.

Art. 118 – A licença de que trata o artigo anterior será concedida nos termos da legislação aplicável ao funcionalismo civil do Poder Executivo.

Subseção IV

Da Licença à Gestante

Art. 119 – À gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença pelo prazo de 4 (quatro) meses, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Subseção V

Da Licença-Prêmio

Art. 120 – Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público estadual, o membro da Defensoria Pública terá direito ao gozo de licença-prêmio pelo prazo de 3 (três) meses, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo.

§ 1º – O período de licença-prêmio não gozado contar-se-á em dobro para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

• [A Emenda Constitucional nº 20/98, modificou o art. 40, § 10, da Constituição Federal, estabelecendo:](#)

["Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.](#)

...

[§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício."](#)

§ 2º – A licença-prêmio poderá ser gozada parcialmente, em períodos não inferiores a 30 (trinta) dias, atendida a conveniência do serviço.

§ 3º – O direito à licença-prêmio não terá prazo fixado para ser exercitado.

Subseção VI

Da Licença para Trato de Interesses Particulares

Art. 121 – O membro da Defensoria Pública, após dois anos de exercício, poderá obter, sem vencimentos, licença para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação aplicável ao funcionalismo civil do Poder Executivo.

Subseção VII

Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge

Art. 122 – Será concedida ao membro da Defensoria Pública licença sem vencimento para acompanhar o cônjuge eleito para o Congresso Nacional ou mandado servir em outra localidade, se servidor público civil ou militar.

Art. 123 – A concessão da licença dependerá de pedido devidamente instruído que deverá, se for o caso, ser renovado de dois em dois anos.

CAPÍTULO V

Da Aposentadoria e da Disponibilidade

Seção I

Da Aposentadoria

Art. 124 – O membro da Defensoria Pública será aposentado:

- O art. 181 (antigo 178), I, "f", com remissão aos arts. 172 (antigo 169), § 2º, e 156 (antigo 153), VI, todos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, prevêem que a aposentadoria com proventos integrais é compulsória, por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa, aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na Defensoria Pública. No entanto, a Emenda Constitucional no 20, de 15/12/98 (DOU de 16/12/98), dispõe:

"Art. 1º – A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 40 – Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificada em lei;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

...

§ 3º Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração."

...

Art. 3º – É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.

...

Art. 8º – Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o

direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I – tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II – tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III – contar tempo de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II – os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o caput, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento."

I – compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade;

II – voluntariamente, aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, quando do sexo masculino e aos 30 (trinta) anos, quando do feminino, ou com menor tempo, se o autorizar legislação específica.

III – por invalidez comprovada.

Parágrafo único – A aposentadoria compulsória vigorará a partir do dia em que for atingida a idade limite.

Art. 125 – A aposentadoria por invalidez será concedida a pedido ou decretada de ofício, e dependerá, em qualquer caso, de verificação de moléstia que venha a determinar, ou que haja determinado, o afastamento contínuo da função por mais de 2 (dois) anos.

- Vide nota ao artigo 124, anterior.

Parágrafo único – A inspeção de saúde, para os fins do presente artigo, poderá ser determinada pelo [Defensor Público Geral](#), ex-officio, ou mediante proposta do Conselho Superior.

Art. 126 – Para efeito de aposentadoria, computar-se-á:

I – o tempo de serviço militar, nos casos previstos em lei;

II – pela metade, o tempo de serviço em estágio forense instituído pelo Poder Público Estadual;

III – o tempo de serviço público, nos casos previstos em lei.

- Vide art. 29, I, do Decreto-lei no 220 de 18/7/75:

"Art. 29 – Para o efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á:

I – o tempo de serviço federal, estadual, ou municipal, na administração direta ou indireta";

Seção II

Da Disponibilidade

Art. 127 – Será colocado em disponibilidade o membro da Defensoria Pública

cujo cargo seja extinto e o que se encontrar nas situações previstas pelo artigo 73.

Art. 128 – Aos membros da Defensoria Pública que passarem à disponibilidade aplica-se o disposto no artigo 126.

TÍTULO V

DOS DEVERES, PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS

CAPÍTULO I

Dos Deveres e Proibições

Art. 129 – Os membros da Defensoria Pública devem ter irrepreensível procedimento na vida pública e particular, pugnano pelo prestígio da Justiça, velando pela dignidade de suas funções e respeitando a dos Magistrados, a dos membros do Ministério Público e a dos advogados.

§ 1º – É dever dos membros da Defensoria Pública:

I – comparecer diariamente, no horário normal do expediente, à sede do órgão onde funcionem, exercendo os atos de seu ofício;

- Vide art. 129, V, LCF 80/94.

II – desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhes forem atribuídos pelo [Defensor Público Geral](#);

- Vide art. 129, II, LCF 80/94.

III – respeitar as partes e tratá-las com urbanidade;

IV – zelar pela regularidade dos feitos em que funcionarem e, de modo especial, pela observância dos prazos legais;

V – observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar e, especialmente, nos que transitam em segredo de Justiça;

VI – velar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda;

VII – representar ao [Defensor Público Geral](#) sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições funcionais;

- Vide art. 129, III, LCF 80/94.

VIII – apresentar à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública relatório de suas atividades, com dados estatísticos de atendimentos e, se for o caso, sugerir providências tendentes à melhoria dos serviços da Defensoria Pública, no âmbito de sua atuação;

IX – prestar as informações solicitadas pelos órgãos da administração superior da Defensoria Pública.

- Vide art. 129, IV, LCF 80/94.

§ 2º – Os membros da Defensoria Pública não estão sujeitos a ponto, mas o [Defensor Público Geral](#) poderá, quando necessário, estabelecer normas para comprovação do comparecimento.

§ 3º – Recomenda-se aos membros da Defensoria Pública residirem na sede do juízo onde tiverem lotação, valendo a fixação de residência como critério de promoção na carreira por merecimento.

- Vide art. 129, I, LCF 80/94.

Art. 130 – Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros da Defensoria Pública é vedado especialmente:

I – exercer, como advogado constituído, a advocacia nos órgãos judiciários junto aos quais estejam em exercício;

- Vide art. 130, I, LCF 80/94; art. 134, parágrafo único, CF; e art. 178, g, III, da Constituição do Estado - RJ.

II – prestar serviços profissionais, como advogado constituído, nos feitos em que a parte contrária seja patrocinada pela Defensoria Pública;

- Vide art. 130, II, da LCF 80/94.

- III – funcionar, na qualidade de advogado constituído, como assistente do Ministério Público ou patrono de querelante, no juízo criminal;
- IV – empregar em seu expediente expressão ou termo desrespeitoso à Justiça, ao Ministério Público e às autoridades constituídas;
- V – exercer atividade político-partidária, salvo quando afastados de suas funções;
- VI – valer-se da qualidade de membro da Defensoria Pública para desempenhar atividade estranha às suas funções;
- VII – aceitar cargo ou exercer função fora dos casos autorizados em lei;
- VIII – manifestar-se, por qualquer meio de comunicação, sobre assunto pertinente ao seu ofício, salvo quando autorizado pelo [Defensor Público Geral](#).

CAPÍTULO II

Dos Impedimentos, Incompatibilidades e Suspeições

Art. 131 – É defeso ao membro da Defensoria Pública exercer as suas funções em processo ou procedimento:

I – em que seja parte, ou de qualquer forma interessado;

- [Vide art. 131, I a V, da LCF 80/94.](#)

II – em que haja atuado como representante da parte, perito, Juiz, membro do Ministério Público, autoridade policial, Escrivão de Polícia, auxiliar de Justiça ou prestado depoimento como testemunha;

- [Vide art. 131, I a V, da LCF 80/94.](#)

III – em que for interessado cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o 3º (terceiro) grau;

- [Vide art. 131, I a V, da LCF 80/94.](#)

IV – no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no inciso anterior;

- [Vide art. 131, I a V, da LCF 80/94.](#)

V – em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso III funcione, ou haja funcionado, como Magistrado, membro do ministério Público, autoridade policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça;

- [Vide art. 131, I a V, da LCF 80/94.](#)

VI – nos casos previstos em lei.

- [Vide art. 131, VI, LCF 80/94.](#)
- [Lei Complementar no 41, de 24/8/84, art. 6o:](#)

Art. 6º – É vedado aos membros da Defensoria Pública, nomeados a partir da vigência desta lei, exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

Art. 132 – O membro da Defensoria Pública não poderá participar de Comissão ou Banca de Concurso, intervir no seu julgamento, e votar sobre organização de lista para nomeação, promoção ou remoção, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º (terceiro) grau, bem como seu próprio cônjuge.

- [Vide art. 132, LCF 80/94.](#)

Art. 133 – Não poderão servir no mesmo órgão de atuação de Defensoria Pública os cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o 3º (terceiro) grau.

Art. 134 – O membro da Defensoria Pública não poderá servir em órgão de atuação junto a Juízo do qual seja titular qualquer das pessoas mencionadas no artigo anterior.

Art. 135 – O membro da Defensoria Pública dar-se-á por suspeito quando:

I – houver opinado contrariamente à pretensão da mesma parte;

II – houver motivo de ordem íntima que o iniba de funcionar;

III – ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual.

Art. 136 – Na hipótese prevista no inciso II do artigo anterior, o membro da Defensoria Pública comunicará ao [Defensor Público Geral](#), em expediente reservado, o motivo de sua suspeição.

TÍTULO VI

DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

CAPÍTULO I

Disposição Gerais

Art. 137 – Pelo exercício irregular da função pública, o membro da Defensoria Pública responde penal, civil e administrativamente.

Art. 138 – A responsabilização administrativa de membro da Defensoria Pública dar-se-á sempre através de procedimento promovido pelo [Defensor Público Geral do Estado](#).

Art. 139 – A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública estará sujeita a inspeção permanente, através de correições ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º – A correição ordinária será feita pelo Corregedor-Geral, em caráter de rotina, para verificar a eficiência e assiduidade dos membros da Defensoria Pública, bem como a regularidade dos serviços que lhe sejam afetos.

§ 2º – A correição extraordinária será realizada pelo Corregedor-Geral, de ofício ou por determinação do [Defensor Público Geral](#), sempre que conveniente, no desempenho das atribuições previstas no artigo 20 ou para qualquer outro fim específico de interesse da administração.

Art. 140 – Concluída a correição, o Corregedor-Geral comunicará ao [Defensor Público Geral](#), em expediente reservado, a ocorrência de violação de deveres funcionais acaso verificada, por parte do membro da Defensoria Pública, para as providências cabíveis.

CAPÍTULO II

Das Sanções Disciplinares

Art. 141 – São aplicáveis aos membros da Defensoria Pública as seguintes sanções disciplinares:

- [Vide art. 134, caput.](#)

I – advertência;

II – censura;

III – multa;

IV – suspensão;

V – demissão;

VI – cassação da aposentadoria.

Art. 142 – A decisão que impuser sanção disciplinar será sempre motivada e levará em conta a natureza, as circunstâncias, a gravidade e as conseqüências da falta, bem como os antecedentes do faltoso.

Parágrafo único – Nenhuma sanção será aplicada a membro da Defensoria Pública, sem que seja ele antes ouvido.

- [Art. 5o, LV, da Constituição Federal:](#)

"Art. 5º . . .

...

[LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes";](#)

Art. 143 – A advertência será aplicada nos casos de:

I – negligência no exercício das funções;

II – faltas leves em geral.

Parágrafo único – A advertência será feita verbalmente ou por escrito, sempre

de forma reservada.

Art. 144 – A censura caberá nas hipóteses de:

I – falta de cumprimento do dever funcional;

II – procedimento reprovável;

III – desatendimento a determinações dos órgãos de administração superior da Defensoria Pública;

IV – reincidência em falta punida com pena de advertência.

Parágrafo único – A censura será feita por escrito, reservadamente.

Art. 145 – A multa será aplicada nos casos injustificados de retardamento de ato funcional ou de descumprimento dos prazos legais, nos termos e na forma da legislação processual.

Art. 146 – A suspensão será aplicada nos seguintes casos:

I – violação intencional do dever funcional;

II – prática de ato incompatível com a dignidade ou o decoro do cargo ou da função;

III – reincidência em falta punida com as penas de censura ou multa.

§ 1º – A suspensão não excederá a 90 (noventa) dias e acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo, não podendo ter início durante o período de férias ou de licença.

§ 2º – Quando houver conveniência para o serviço, o [Defensor Público Geral](#) poderá converter a suspensão em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimentos, permanecendo o membro da Defensoria Pública no exercício de suas funções.

Art. 147 – Aplicar-se-á a pena de demissão nos casos de:

I – abandono do cargo, pela interrupção injustificada do exercício das funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou 60 (sessenta) intercalados, durante o ano civil;

II – conduta incompatível com o exercício do cargo, assim considerada a prática de jogos proibidos, a embriaguez habitual, o uso de tóxicos e a incontinência pública e escandalosa;

III – improbidade funcional;

IV – perda da nacionalidade brasileira.

Parágrafo único – Conforme a gravidade da falta, a demissão será aplicada com a nota “a bem do serviço público”.

• A Lei Complementar nº 85, de 13 de junho de 1996, publicada no DOERJ, de 14/6/96, ao dar nova redação ao inciso VI e ao § 1º do art. 52 do Decreto-lei no 220, de 18/7/75, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, prevê:

"Art. 52 – A pena de demissão será aplicada nos casos de:

...

VI – ausência ao serviço, sem causa justificada, por 20 dias, interpoladamente, durante o período de 12 meses:

...

§ 1º – Para fins exclusivamente disciplinares, considera-se como abandono de cargo a que se refere o inciso V deste artigo, a ausência ao serviço, sem justa causa, por 10 dias consecutivos."

Art. 148 – A cassação da aposentadoria terá lugar se ficar comprovado que o aposentado praticou, quando ainda no exercício do cargo, falta suscetível de determinar demissão.

Art. 149 – Ocorrerá a prescrição:

I – em 2 (dois) anos, quando a falta for sujeita às penas de advertência, censura ou multa;

II – em 5 (cinco) anos nos demais casos.

§ 1º – A prescrição, em caso de falta também prevista como infração criminal, ocorrerá no prazo fixado na lei penal.

§ 2º – O curso de prescrição começa a fluir da data do fato exceto na hipótese do parágrafo anterior, em que se observará o que dispuser a lei penal.

CAPÍTULO III

Da Sindicância

• Lei no 2.945, de 15 de maio de 1998 (publicada no DOERJ, de 18/5/98):

"Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o art. 61 do Decreto-lei nº 220, de 18 de julho de 1975, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61 – A autoridade que tiver ciência de qualquer irregularidade no serviço público é obrigada a promover, imediatamente, a apuração sumária, por meio de sindicância.

Parágrafo único - A autoridade promoverá a apuração da irregularidade diretamente por meio de inquérito administrativo, sem a necessidade de sindicância sumária, quando:

- 1) Já existir denúncia do Ministério Público;
- 2) Tiver ocorrido prisão em flagrante; e
- 3) For apurado abandono de cargo ou função".

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário."

Art. 150 – A sindicância, sempre de caráter sigiloso, será promovida pela Corregedoria-Geral nos seguintes casos:

I – como preliminar do processo disciplinar, quando necessário;

II – para apuração de falta funcional, em qualquer outro caso, sempre que necessário.

Art. 151 – A sindicância deverá estar concluída em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Corregedor-Geral.

Art. 152 – O Sindicante deverá colher todas as informações necessárias, ouvindo o denunciante, o Sindicato, as testemunhas, se houver, bem como proceder a juntada de quaisquer documentos capazes de esclarecer o ocorrido.

§ 1º – O Sindicante, após concluída a fase cognitiva, apresentará relatório de caráter expositivo.

§ 2º – Em seguida ao relatório expositivo terá, o Sindicato, 5 (cinco) dias para se pronunciar.

Art. 153 – Recebidos os autos do Sindicante o Corregedor-Geral poderá determinar diligências que entender pertinentes ou fará relatório conclusivo ao [Defensor Público Geral](#) propondo as medidas cabíveis.

Art. 154 – Da decisão proferida pelo [Defensor Público Geral](#) caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, por uma única vez.

CAPÍTULO IV

Do Processo Disciplinar

Art. 155 – Compete ao [Defensor Público Geral do Estado](#) determinar a instauração de processo disciplinar para a apuração de falta punível com as penas de suspensão, demissão ou cassação de aposentadoria, observando o sigilo no procedimento.

Art. 156 – O ato que determinar a instauração do processo disciplinar deverá conter o nome, a qualificação do indiciado e a exposição sucinta dos fatos a ele imputados.

Art. 157 – A comissão para promover o processo disciplinar será composta de 3 (três) membros da Defensoria Pública, designados pelo [Defensor Público](#)

Geral, um dos quais, obrigatoriamente, Defensor Público de 1ª Categoria, que a presidirá.

Parágrafo único – Os membros da comissão serão sempre de classe igual ou superior à do indiciado.

Art. 158 – À comissão serão assegurados todos os meios necessários ao desempenho de suas funções.

Parágrafo único – Os órgãos estaduais e municipais deverão atender com a máxima presteza às solicitações da Comissão, inclusive requisição de técnicos e peritos.

Art. 159 – A comissão deverá iniciar seus trabalhos dentro de 5 (cinco) dias de sua constituição.

§ 1º – O procedimento deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da instalação dos trabalhos, prorrogável esse prazo, a critério do **Defensor Público Geral**, no máximo, por mais 60 (sessenta) dias.

§ 2º – A inobservância dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior não acarretará nulidade do processo, podendo importar, contudo, em falta funcional dos integrantes da Comissão.

Art. 160 – Instalados os seus trabalhos, a comissão iniciará a instrução do processo com a citação do indiciado para ser ouvido.

§ 1º – A citação será pessoal ao indiciado, entregando-se-lhe, na ocasião, cópia do ato referido no artigo 156. Não encontrado o indiciado, a citação será feita por edital publicado por 3 (três) vezes no Diário Oficial, com o prazo de 10 (dez) dias para comparecimento a contar da terceira e última publicação, a fim de ser ouvido.

§ 2º – Em caso de revelia, o presidente da Comissão designará defensor do indiciado um membro da Defensoria Pública da mesma classe, ao qual caberá apresentar defesa, por escrito, e acompanhar o processo até final.

§ 3º – Da data marcada para a audiência do indiciado correrá o prazo de 5 (cinco) dias para o oferecimento de sua defesa preliminar.

§ 4º – Em qualquer fase do processo será permitida a intervenção de defensor constituído pelo indiciado.

§ 5º – As intimações do indiciado para os atos procedimentais ser-lhe-ão feitas na pessoa de seu defensor, quando não estiver presente, sempre com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 161 – A Comissão procederá a todos os atos e diligências necessárias ao completo esclarecimento dos fatos, inclusive ouvindo testemunhas, promovendo perícias, realizando inspeções locais e examinando documentos e autos.

§ 1º – Será assegurado ao indiciado o direito de participar, pessoalmente ou por seu defensor dos atos procedimentais, podendo inclusive requerer provas, contraditar e reinquirir testemunhas, oferecer quesitos e indicar assistentes técnicos.

§ 2º – A Comissão poderá realizar qualquer ato de instrução sem a presença do indiciado, se assim atender conveniente à apuração dos fatos; não obstará, contudo, a presença de seu defensor.

Art. 162 – Terminada a instrução, abrir-se-á o prazo de 3 (três) dias para a especificação de diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, mediante requerimento do indiciado ou deliberação da Comissão.

§ 1º – A Comissão poderá indeferir as diligências requeridas pelo indiciado quando revelarem o propósito de procrastinar o processo ou quando não tiverem relação direta com os fatos objeto de apuração.

§ 2º – Para a apuração de fatos fora do território do Estado, a Comissão

poderá delegar atribuições a um de seus membros.

Art. 163 – Encerrada a fase de diligências, será o indiciado intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer alegações finais de defesa.

Art. 164 – Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, a Comissão, em 15 (quinze) dias, remeterá o processo ao [Defensor Público Geral](#), com relatório conclusivo, no qual especificará, se for o caso, as disposições legais transgredidas e as sanções aplicáveis.

Parágrafo único – Divergindo os membros da Comissão quanto aos termos do relatório, deverão constar do processo as razões apresentadas pelos divergentes.

Art. 165 – O [Defensor Público Geral do Estado](#), ao receber o processo, procederá de um dos seguintes modos:

I – julgará improcedente a imputação feita ao membro da Defensoria Pública, determinando o arquivamento do processo, ou designará outra Comissão para mais completa apuração dos fatos;

II – aplicará ao acusado a penalidade que entender cabível, quando de sua competência;

III – sendo a sanção cabível a de demissão ou a de cassação de aposentadoria, encaminhará o processo ao Governador do Estado, se mantida a decisão pelo Conselho Superior.

Parágrafo único – Da decisão proferida, caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 30 (trinta) dias, por uma única vez.

Art. 166 – Ao determinar a instrução do processo disciplinar, ou no curso deste, o [Defensor Público Geral](#) poderá ordenar o afastamento provisório do indiciado de suas funções, desde que necessária a medida para a garantia de regular apuração dos fatos.

§ 1º – O afastamento será determinado pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por mais 60 (sessenta) dias.

§ 2º – O afastamento dar-se-á sem prejuízo dos direitos e vantagens do indiciado, constituindo medida acuateladora, sem caráter de sanção.

Art. 167 – Aplicam-se, supletivamente, ao processo disciplinar de que cuida este Capítulo, no que couber, as normas da legislação processual penal e as de legislação atinente aos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado.

Capítulo v

Da Revisão do Processo Disciplinar e do Cancelamento da Pena

- [Lei Complementar Federal nº 80/94](#):

"Art. 135 – A lei estadual preverá a revisão disciplinar, estabelecendo as hipóteses de cabimento e as pessoas habilitadas a requerê-la.

Parágrafo único. Procedente a revisão, será tornado sem efeito o ato punitivo ou aplicada a penalidade adequada, restabelecendo-se os direitos atingidos pela punição, na sua plenitude."

- [Vide também os arts. 77 a 82 do Decreto-lei no 220, de 18/7/75, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, que prevê a revisão do inquérito administrativo.](#)

Art. 168 – Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo disciplinar de que tenha resultado imposição de sanção, sempre que forem alegados vícios insanáveis no procedimento ou fatos e provas, ainda não apreciados, que possam justificar nova decisão.

§ 1º – Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade imposta.

§ 2º – Não será admitida a reiteração do pedido de revisão pelo mesmo motivo.

Art. 169 – A revisão poderá ser pleiteada pelo punido ou, em caso de sua morte ou desaparecimento, pelo cônjuge, filho, pai ou irmão.

Art. 170 – O pedido de revisão será dirigido à autoridade que houver aplicado a sanção, e aquela, se o admitir, determinará o seu processamento em apenso aos autos originais e designará Comissão Revisora composta de 3 (três) Defensores Públicos de 1ª Categoria, que não tenham participado do processo disciplinar.

Parágrafo único – A petição será instruída com as provas de que o requerente dispuser e indicará as que pretenda sejam produzidas.

Art. 171 – Concluída a instrução no prazo de 30 (trinta) dias, a Comissão Revisora relatará o processo em 10 (dez) dias e o encaminhará à autoridade competente, que decidirá dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 172 – Julgada procedente a revisão, poderá ser cancelada ou modificada a pena imposta ou anulado o processo.

§ 1º – Se a pena cancelada for a de demissão, o requerente será reintegrado.

§ 2º – Procedente a revisão, o requerente será ressarcido dos prejuízos que tiver sofrido e terá restabelecidos todos os direitos atingidos pela sanção imposta.

Art. 173 – O membro da Defensoria Pública que houver sido punido com pena de advertência ou censura poderá requerer ao [Defensor Público Geral](#) o cancelamento das respectivas notas em seus assentamentos, decorridos 3 (três) anos da decisão final que as aplicou. O cancelamento será deferido se o procedimento do requerente, no triênio que antecedeu ao pedido, autorizar a convicção de que não reincidirá na falta.

TÍTULO VII

DO ESTÁGIO FORENSE

• Vide art. 145, §§ 1º, 2º e 3º, da LCF 80/94 e arts. 27 a 31 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia da OAB.

Art. 174 – O Estágio Forense será realizado pelo Corpo de Estagiários, constituído de bacharéis em direito até 1 (um) ano de formados e de acadêmicos dos 2 (dois) últimos anos das Faculdades de direito oficiais ou reconhecidas, sediadas no Estado do Rio de Janeiro, os quais atuarão como auxiliares dos Defensores Públicos, desempenhando tarefas que lhes forem cometidas em consonância com as instruções baixadas pelo [Defensor Público Geral do Estado](#).

Art. 175 – Os Estagiários serão admitidos à prestação de Estágio pelo prazo de 1 (um) ano, sem ônus para os cofres públicos, podendo ser reconduzidos até 2 vezes e dispensados livremente pelo [Defensor Público Geral](#).

Art. 176 – O Coordenador-Geral do Estágio Forense será Defensor Público no 2º Grau de Jurisdição ou de 1ª Categoria, nomeado em comissão, subordinado diretamente ao [Defensor Público Geral](#).

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 177 – Os núcleos da Defensoria Pública existentes na Capital terão o seu funcionamento regulamentado através de Resolução do [Defensor Público Geral do Estado](#).

Art. 178 – O [Defensor Público Geral](#) poderá designar Defensor Público para ter exercício auxiliar ou em substituição dos Órgãos da Defensoria Pública que atuarem perante a Justiça Militar do Estado.

Art. 179 – Aplicam-se, subsidiariamente, aos membros da Defensoria Pública as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado.

- Vide Decreto-lei no 220, de 18 de julho de 1975 e Decreto no 2.479, de 8 de março de 1979.

Art. 180 – Ficam criados os seguintes cargos:

I – 33 cargos de Defensor Público de 1ª Categoria;

II – 3 cargos de Defensor Público de 2ª Categoria;

III – 11 cargos de Defensor Público de 3ª Categoria.

Art. 181 – Serão criados os órgãos da Defensoria Pública e os correspondentes cargos na carreira à medida que se criarem novos órgãos do Poder Judiciário, para junto aos mesmos terem atuação.

Art. 182 – Serão criados os órgãos da Defensoria Pública, e os correspondentes cargos na Primeira Categoria da carreira, à medida que deixarem as atribuições próprias da Defensoria Pública os Promotores de Justiça de Terceira categoria, em cumprimento ao disposto no artigo 226 da Lei Complementar nº 5, de 6.10.76

Art. 183 – Os Núcleos da Defensoria Pública existentes na Capital terão o seu funcionamento regulamentado através de Resolução do [Defensor Público Geral do Estado](#).

- Redação idêntica à do art. 177 desta Lei.

Art. 184 – À medida que forem transformados os cargos de Defensores Públicos do Ministério Público da Justiça Militar Estadual em cargos de Promotor de Justiça de Primeira Categoria da carreira do Ministério Público, serão criadas, em seu lugar, as correspondentes Defensorias Públicas no âmbito da Defensoria Pública.

- Vide redação similar do art. 178 desta Lei.

Parágrafo único – O [Defensor Público Geral](#) poderá designar Defensor Público para ter exercício auxiliar ou em substituição nos órgãos da Defensoria Pública que atuarem perante a Justiça Militar do Estado.

Art. 185 – Fica assegurado aos candidatos aprovados nos concursos públicos para preenchimento de cargos de Defensor Público dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, amparados pelo artigo 239 da Constituição Estadual, prazo de validade para nomeação igual ao estabelecido para os candidatos aprovados no Concurso de Readaptação do antigo Estado do Rio de Janeiro.

- Trata-se de dispositivo da Constituição anterior.

Art. 186 – Aos membros da Defensoria Pública fica assegurado o direito às respectivas vantagens que vêm percebendo de acordo com a legislação vigente à data desta lei.

Art. 187 – Aplicam-se, subsidiariamente, aos membros da Defensoria Pública as disposições do Estatuto dos Funcionários Civis do Poder Executivo do Estado.

- Redação idêntica à do art. 179 desta Lei.

Art. 188 – (Vetado).

Art. 189 – A primeira promoção que se fizer, em cada classe, após o início da vigência desta lei, observará o critério alternativo de antigüidade ou merecimento, levando em consideração o critério seguido na promoção anterior.

Art. 190 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1977.

Florian Faria Lima

Governador

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 21 DE DEZEMBRO 2000.

(...)

Art. 3º - Ficam criados na estrutura Defensoria Pública Geral do Estado, 14 (quatorze) cargos de Defensor Público de Classe Especial e 126 (cento e vinte e seis) cargos de Defensor Público Substituto.

Parágrafo único – O provimento dos cargos de que trata este artigo será feito na forma da legislação em vigor.

Art. 4º - Ficam criados, na estrutura da Defensoria Pública Geral do Estado os seguintes cargos em comissão de Coordenadores gerais, símbolo DG:

I – 04 (quatro) cargos de Coordenador Geral de Assessoria;

II – 01 (um) cargo de Coordenador Geral de Engenharia;

III – 20 (vinte) cargos de Coordenador Geral Regional.

Art. 5º - Fica transformado, na estrutura da Defensoria Pública Geral do Estado, o atual cargo em comissão de Corregedor Geral da Defensoria Pública, símbolo DG, para Corregedor-Geral da Defensoria Pública, símbolo SA.

Art. 6º - Os atuais ocupantes da classe mais elevada da carreira integrarão o quadro de Defensores públicos de Classe especial, renomeando-se a classe e os respectivos cargos.

Art. 7º - Ao atuais ocupantes da 1ª Categoria e da 2ª Categoria integrarão o quadro de Defensores Públicos, renomeando-se a classe e os respectivos cargos.

Art. 8º - A classe inicial da carreira da Defensoria Pública será composta por Defensores Públicos Substitutos, no quantitativo de cargos criados na forma do artigo 4º.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, ficando autorizado o Poder Executivo a abrir créditos suplementares.

(...)

Art. 11 – Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2001, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2000.

ANTHONY GAROTINHO

Governador